DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NUDEM

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Lei Maria da Penha e os Desafios para a Erradicação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher

O que é a Defensoria Pública?

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a **orientação jurídica**, a promoção dos **direitos humanos** e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos **individuais e coletivos**, de forma integral e gratuita, **aos necessitados**, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal .

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NUDEM

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Direitos humanos?

art. 6º da Lei Maria da Penha: "A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de **violação dos direitos humanos**".

Necessitados?

- Teoria das Vulnerabilidades;
- 100 regras de Brasília:

[...] **encontram especiais dificuldades** em exercitar com plenitude perante o sistema de justiça os **direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NUDEM

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Lei Orgânica da Defensoria (LC 80/94)

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, **da mulher vítima de violência doméstica e familiar** e de **outros** grupos sociais **vulneráveis** que mereçam proteção especial do Estado;

Lei Maria da Penha

4 eixos

Art. 27. Em **todos** os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar **deverá estar acompanhada de advogado**, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

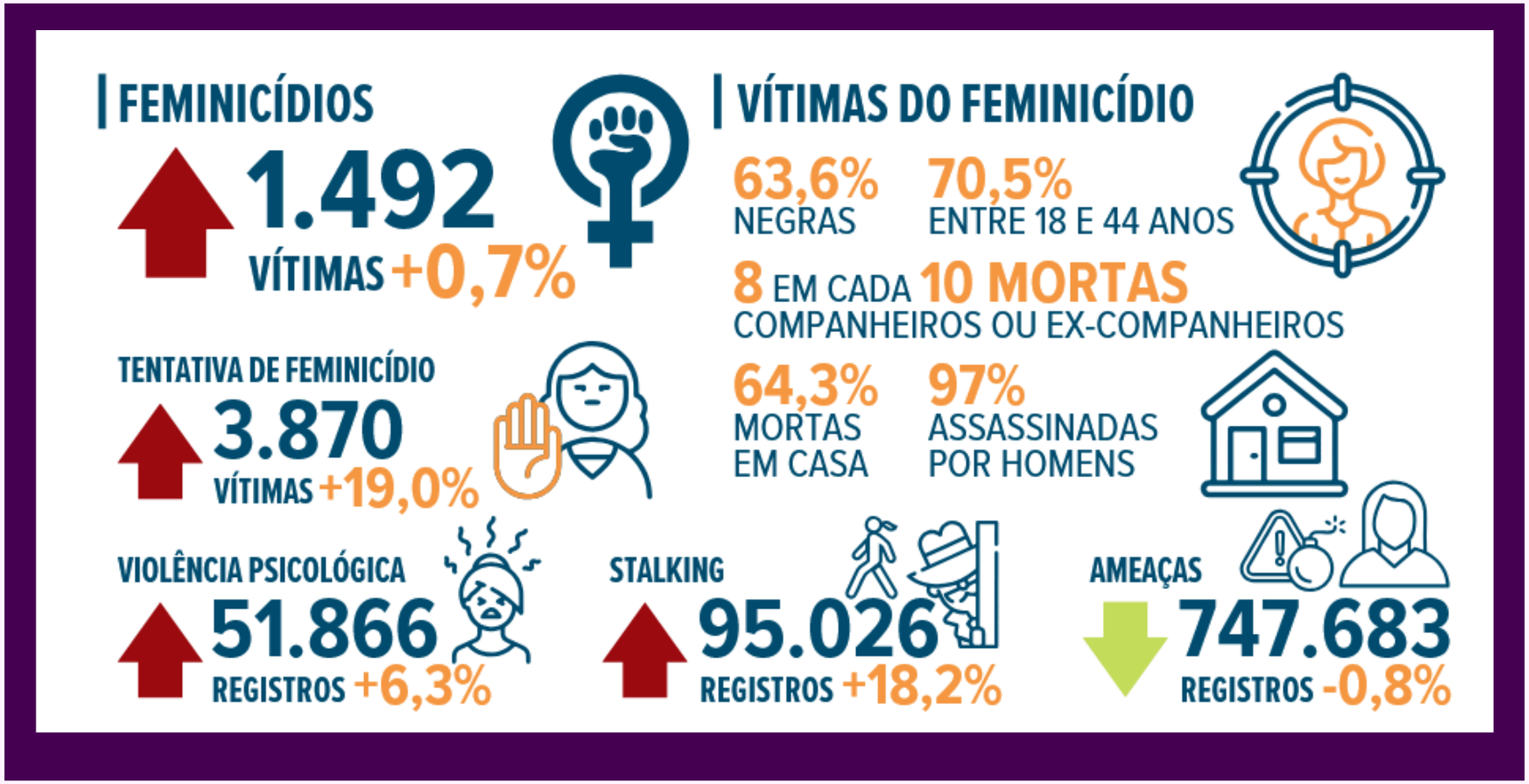
Art. 28. **É garantido** a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar **o acesso aos serviços de Defensoria Pública** ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, **mediante atendimento específico e humanizado.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NUDEM

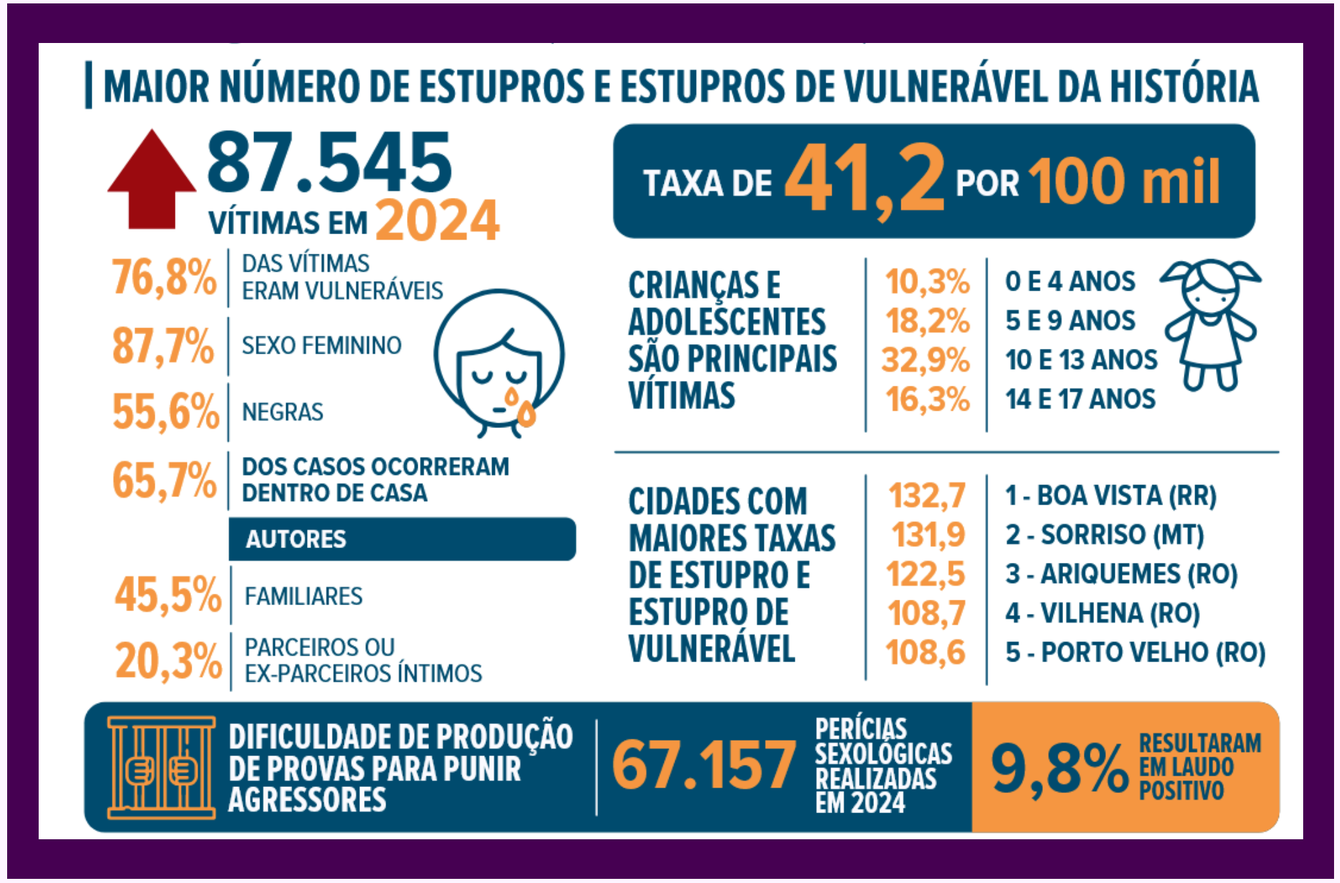
NÚCLEO ESPECIALIZADO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Qual o tamanho do desafio para erradicação?



Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2025

Qual o tamanho do desafio para erradicação?

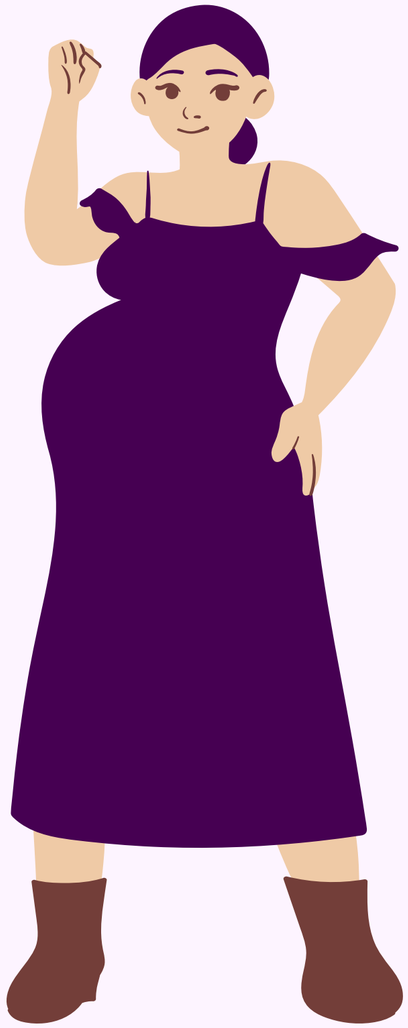


Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2025

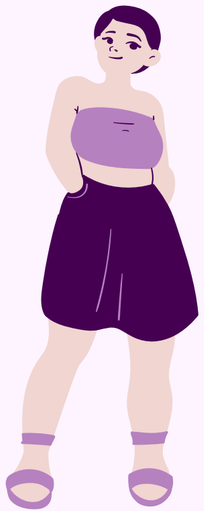
Como o Estado tem tentado erradicar a violência contra a mulher?

Legislativo

- O Congresso já **incluiu ou modificou 50 dispositivos** da Lei Maria da Penha, por meio de **16 novas leis** sancionadas entre 2017 e 2025;
- **324 projetos de lei** em tramitação só Câmara dos Deputados podem fazer novas mudanças na Lei Maria da Penha;
- Lei que **criou** o “feminicídio” faz 10 anos;
- Pacote **antifeminicídio** aumenta penas, torna ameaça de ação pública incondicionada, restringe direitos da execução penal;



- preocupação sempre com pós crime (grave);
- endurecimento de penas desacompanhadas de medidas concretas para: prevenção, educação em direitos, aprimoramento de sistemas e sua integração, ampliação dos serviços;
- especificidades do crime de VD;
- sequestro do conflito pelo estado e desvalorização da vontade da vítima;
- ausência de tipificação dos serviços de atendimento em lei nacional importa em municípios que não tem nenhuma rede de apoio à mulher;
- inexistência de fundo nacional, estadual e municipal (dependência do perfil do gestor local).



ADPF 1242

“números crescentes mostram que o complexo normativo até o presente editado pelo Poder Legislativo, porque desacompanhado de medidas concretas de implementação, não é suficiente para refrear o quadro de gravíssima inconstitucionalidade estrutural derivado da situação de vulnerabilidade e violência a que se acham submetidas as mulheres no Brasil”

Instituto Nós Por Elas

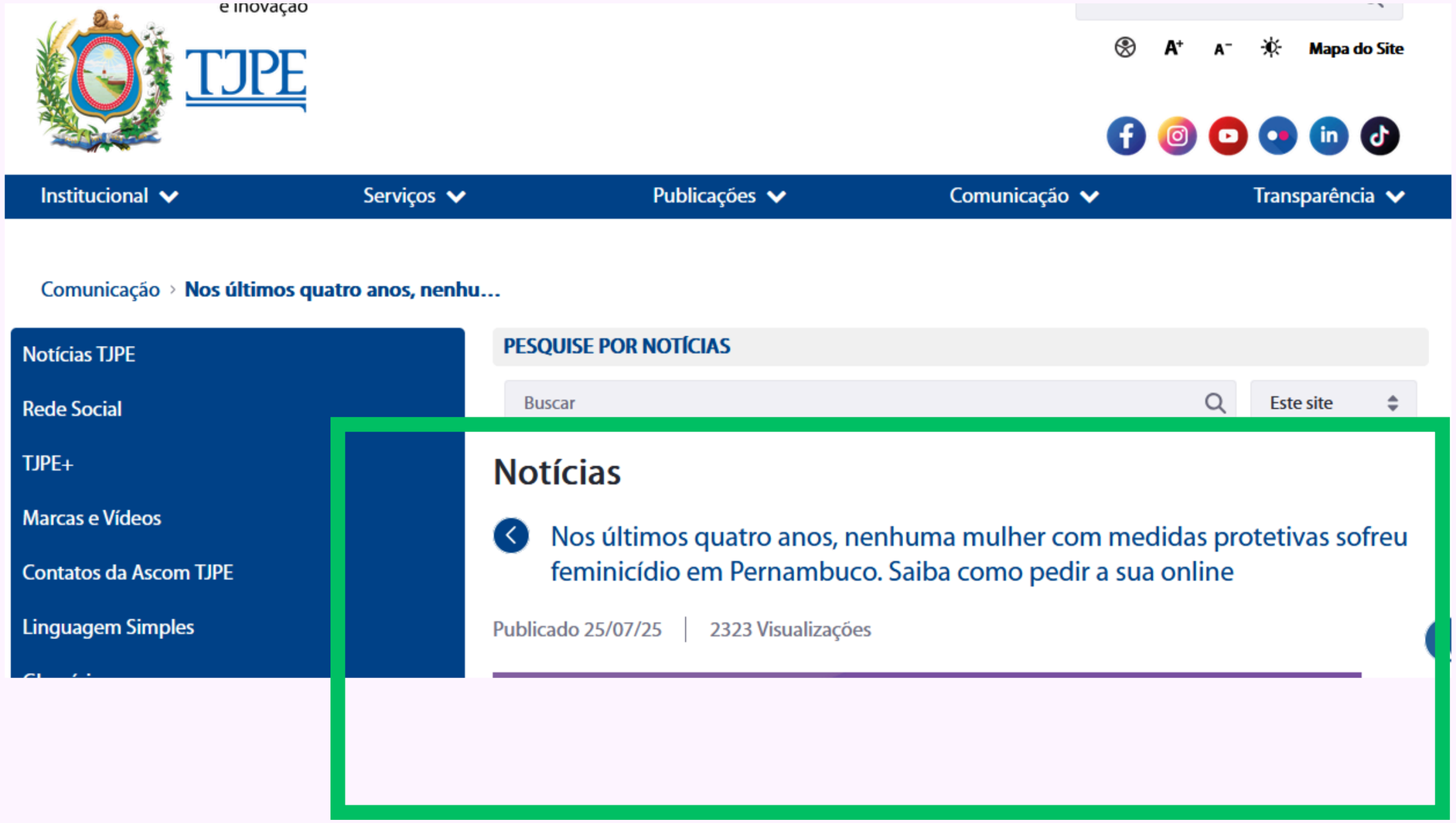
Poder Judicário

Medidas Protetivas de Urgência

- principal instrumento judicial para evitar o agravamento da situação;
- por se tratar de um crime de ódio, a fase inicial do conflito requer intervenção rápida;
- desafio de qualificar essa prestação: MPUs atípicas;
- auxílio-aluguel - Nota Técnica NAM/MPPE;
- UPR x Monitoramento - CEMEP: 851 agressores, 339 vítimas e capacidade para 1.200;
- popularidade x desconfiança

Porque as mulheres não tem solicitado ajuda?

eficácia contra feminicídio:



Problemática dos descumprimentos

ponto crítico atual

- anuário 2025: 555.001 MPUS concedidas; 101.656 registros de descumprimentos;
- fragmentação dos serviços de atendimento;
- falta de integração dos sistemas;
- responsabilidade da vítima em levar informação ao processo;
- excedentes de UPR;
- falta de informação;
- 48h para conceder, mas não há prazo para análise de descumprimento: **maior urgência e maior risco**

Pergunta:

Como o Poder Judiciário pode agir para melhor monitoramento da efetividade das medidas protetivas concedidas?

bell hooks

"O feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão."

Não seria essa a maior finalidade também da Lei Maria da Penha?